



27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DE UMA DAS VARAS DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS, ESTADO DO TOCANTINS.

Objeto de Referência: Relatório de Vistoria 128/2017/TO

Unidade objeto da vistoria: Hospital e Maternidade Dona Regina

Natureza da Ação: Ação Civil Pública com Preceito Cominatório de Obrigação de Fazer

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por meio da representante legal que ao final subscreve, titular da 27ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente **AÇÃO CIVIL PÚBLICA COMINATÓRIA PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO LIMINAR DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA** em face do **ESTADO DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.786.029/0001-03, representada em juízo pelo Procurador Geral do Estado, **Sérgio Rodrigo do Vale**, que pode ser encontrado na Praça dos Girassóis, Marco Central, Palmas/TO - CEP: 77.001-002 (telefone: 63-3218.3701); e do Secretário de Saúde do Estado, **MARCOS ESNER MUSAFIR**, inscrito no CPF/MF sob o nº 425.415.577-87, que pode ser encontrado na Explanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, s/n, Palmas/TO - telefone: 63-3218.1700, (para fins de responsabilidade pessoal, em virtude de afronta às diretrizes estabelecidas para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

I - OBJETO DA DEMANDA

Trata-se de Ação Civil Pública que busca provimento jurisdicional com vistas a compelir o Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em corrigir as irregularidades detectadas pelo Conselho Regional de Medicina do Tocantins



27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

(CRM/TO), registradas no Relatório de Vistoria 128/2017/TO (**doc. 01**), produzido a partir de fiscalização realizada com o fim de apurar denúncia recebida pelo referido Conselho Profissional relatando as condições precárias de funcionamento do Hospital e Maternidade Dona Regina, com destaque para a “falta de medicamentos, profissionais, equipamentos, vagas na UTI neonatal e problemas na estrutura física” da unidade hospitalar em questão.

II - DA LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A legitimidade do Ministério Público para demandar judicialmente pelos direitos difusos e coletivos, está, inicialmente, respaldada pelo art. 127 da Constituição Federal, que o designou como *instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*.

O texto Constitucional, em seu art. 129, II e III, estabelece ser função institucional do Ministério Público *zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo medidas necessárias a sua garantia, bem como o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção dos interesses difusos e coletivos*”.

Consoante o mandamento constitucional insculpido no art. 6º, a saúde constitui um dos direitos sociais do cidadão, figurando no rol das garantias fundamentais, prevista no Título II da Carta Magna e, nos termos do art. 197, “(...) são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”.

Deste modo, considerando que a presente Ação Civil Pública pretende tutelar a garantia, de forma tempestiva e regular, da oferta dos serviços de saúde prestados no Hospital e Maternidade Dona Regina, efetivando o direito à saúde de forma integral, universal e igualitária, à população que deve ser assistida por meio de serviços assistenciais desta natureza, com a reparação das irregularidades apontadas pelo CRM/TO no **Relatório de Vistoria 128/2017/TO**, não resta dúvida quanto a legitimidade do Ministério



27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA

CAPITAL Público para a propositura da presente demanda.

III - DA LEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO DO TOCANTINS

Segundo dispõe a Constituição Federal, em seu art. 23, II, a competência quanto aos cuidados da saúde é comum entre os entes federativos, *verbis*:

*“Art. 23 É competência comum da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
(...)
II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;” (...)*

Além disto, ao tratar especialmente da saúde, em seu Capítulo II, Seção II, art. 196, a Carta Política vigente estabelece que é dever do Estado (em sentido genérico) cuidar da saúde, consagrando-a como direito de todos.

Assim sendo, a todos os entes federativos foi imposto o encargo constitucional de cuidar da saúde, de forma solidária, de modo que a ação de um seja complementada ou suprida pelo outro, estabelecendo, ainda, o supramencionado art. 196, que deve ser garantido a todos o acesso universal às ações e serviços de saúde.

Diante disto, se pode concluir que o Estado é corresponsável pela saúde dos cidadãos, sendo, pois, legitimado passivo na presente demanda, cuja causa de pedir é o atendimento digno dos usuários que buscam assistência no Hospital e Maternidade Dona Regina, diante da omissão e/ou falha na prestação de serviços essenciais, tendo em vista as constatações de irregularidades veiculadas pelo Relatório de Vistoria 128/2017/TO.

A legitimidade passiva *ad causam* do Estado do Tocantins decorre, igualmente, da Constituição estadual, que dispõe, em seu art. 147¹, que *as ações e serviços de saúde são de relevância*

¹**Art. 147. As ações e serviços de saúde são de relevância pública e terão sua regulamentação, fiscalização e controle exercidos pelo Estado**, na forma da lei, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, através de serviços públicos e, complementarmente, através de serviços de terceiros e, também por pessoa física ou jurídica de direito privado especializadas em saúde.” (grifo inserido).



27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

pública, sendo sua regulamentação, fiscalização e controle exercidos pelo Estado.

Portanto, o Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito público interno, deve figurar no polo passivo da presente demanda, na medida em que assume, no âmbito do SUS, inclusive, a responsabilidade pela gestão dos Hospitais Regionais do Estado, por meio de pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Ademais disto, se a divisão de competências veio para garantir o acesso efetivo a todos os serviços de saúde necessários, ela não pode ser oposta aos cidadãos que, por omissão do ente público, estejam desprovidos do atendimento integral à saúde.

No que atine especificamente às políticas de saúde definidas na Lei nº 8.080/90, ao Estado-Membro compete, nos termos do art. 17 da referida Lei:

“Art. 17. À direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete (...)

II - acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde - SUS;

(...)

IX - identificar estabelecimentos hospitalares e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional;

(...)”

Assim, diante da obrigação do Estado do Tocantins de oferecer saúde pública, com qualidade e eficiência, tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais; uma vez constatada, como resta demonstrado nesta oportunidade, a omissão e a não prestação, ao menos razoável, dos serviços que garantam a saúde daqueles que necessitam da assistência hospitalar, imprescindível se mostra a sua inclusão no polo passivo da lide.

IV - DOS FATOS

Conforme mencionado, em decorrência de fiscalização realizada pelo CRM/TO no Hospital e Maternidade Dona Regina, motivada por denúncia apontando a precariedade do atendimento

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

hospitalar prestado na referida unidade hospitalar, foi emitido o Relatório de Vistoria 128/2017/TO, instruído com registros fotográficos e pormenorizada descrição de irregularidades, as quais seguem descritas:

“40. CONSTATAÇÕES

- 40.1. *Fora constatado que a lavanderia é própria, que falta lençol, roupa, camisola, campo cirúrgico, em todo o Hospital;*
- 40.2. *No Centro Cirúrgico falta fio apropriado, estavam utilizando nylon 5.0, falta medicação;*
- 40.3. *No ambulatório falta sala de apoio para fisioterapia, psicologia, a referencia fica em outro local.*
- 40.4. *Está sendo servido apenas almoço e janta aos funcionários, o servidor não pode se ausentar do plantão para adquirir alimentos e mesmo se pudesse não pode entrar no Hospital com comida.*
- 40.5. *UTI. Houve um incêndio no local, um dos aparelhos de ar condicionado pegou fogo, segundo informado foi devido as instalações elétricas.*
- 40.6. *Unidade Intermediária. No dia da fiscalização havia recém nascidos com bactérias multirresistentes, conforme relatados pelos profissionais.*
- 40.7. *Unidade Intermediária. Não há equipamentos suficientes para o número de leitos (berços/incubadoras) disponíveis: como monitores, há apenas 1 ventilador no departamento.*
- 40.8. *Unidade Intermediária. A unidade apresenta pia com defeito, falta sabão, papel toalha, capote para precaução de contato.*
- 40.9. *Pré-Parto. Neste departamento fora detectado no ato da fiscalização a falta de desfibrilador, seringa de 1 ml, lençóis e camisolas.*
- 40.10. *Esterilização/Expurgo. Armários com revestimento lavável para guarda de materiais: **Não***
- 40.11. *Esterilização/Expurgo. Controle de qualidade dos procedimentos de esterilização por meio biológico: **Não***
- 40.12. *Sala de observação de recém nascido dentro do Centro Cirúrgico - Não há carrinho de emergência*
- 40.13. *Sala de observação de recém nascido dentro do Centro Cirúrgico - Sem incubadoras de transporte, a mesma fora para manutenção e não voltou.*
- 40.14. *ULTRASSONOGRRAFIA - Lençóis e batas em falta.*
- 40.15. *ULTRASSONOGRRAFIA - Cadeira de inapropriada para a realização do trabalho do profissional.*

41. IRREGULARIDADES

- 41.1. *Consultório PEDIATRIA - UNIDADE CANGURU** - 1 martelo para exame neurológico Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.*
- 41.2. *Publicidade - A Unidade cumpre as normas da CODAME Item não conforme Resolução CFM nº 2056/2013*
- 41.3. *Publicidade - Nome do profissional? Item não conforme Resolução CFM nº*

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

2056/2013

41.4. *Publicidade - Número da inscrição no CRM da jurisdição? Item não conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

41.5. *Publicidade - Número de registro de qualificação de especialista (RQE)? Item não conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

41.6. *Consultório PEDIATRIA - BANCO DE LEITE** - 1 pia ou lavabo Item obrigatório conforme , Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014*

41.7. *Consultório PEDIATRIA - BANCO DE LEITE** - Sabonete líquido para a higiene Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM nº 2057/13, anexo II, Resolução CFM Nº 2073/2014,*

41.8. *Consultório PEDIATRIA - BANCO DE LEITE** - Lixeiras com pedal Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM nº 2057/13, anexo II, Resolução CFM Nº 2073/2014,*

41.9. *Consultório PEDIATRIA - BANCO DE LEITE** - 1 martelo para exame neurológico Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014,*

41.10. *Consultório PEDIATRIA - BANCO DE LEITE** - 1 negatoscópio ou outro meio digital que possibilite a leitura da imagem Item obrigatório conforme , Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014*

41.11. *Consultório PEDIATRIA - BANCO DE LEITE** - 1 balança antropométrica adequada à faixa etária Item obrigatório conforme , Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014*

41.12. *Consultório OBSTETRÍCIA - 1** - A privacidade e a confidencialidade estão garantidos. Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

41.13. *Consultório OBSTETRÍCIA - 1** - 2 cadeiras ou poltronas- uma para o paciente e outra para o acompanhante. Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

41.14. *Consultório OBSTETRÍCIA - 1** - 1 cadeira ou poltrona para o médico. Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

41.15. *Consultório OBSTETRÍCIA - 1** - Sanitário Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

41.16. *Consultório OBSTETRÍCIA - 1** - Estetoscópio de Pinard e/ou Sonar Doppler. Item obrigatório conforme RDC 36/2008.*

41.17. *Consultório OBSTETRÍCIA - 1** - 1 Mesa ginecológica revestida com material impermeável, com lençol. Item obrigatório conforme RDC 36/2008.*

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

- 41.18. Consultório OBSTETRÍCIA - 1** - Batas ou lençol com abertura frontal Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013
- 41.19. Consultório OBSTETRÍCIA - 1** - Porta não adaptada a portadores de necessidade especiais Item obrigatório conforme RDC 50/2002
- 41.20. Consultório OBSTETRÍCIA - 4** - A privacidade e a confidencialidade estão garantidos Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013
- 41.21. Consultório OBSTETRÍCIA - 4** - 2 cadeiras ou poltronas- uma para o paciente e outra para o acompanhante Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013
- 41.22. Consultório OBSTETRÍCIA - 4** - pia ou lavabo Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013
- 41.23. Consultório OBSTETRÍCIA - 4** - Sanitário. Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013
- 41.24. Consultório OBSTETRÍCIA - 4** - Estetoscópio de Pinard e/ou Sonar Doppler. Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013
- 41.25. Consultório OBSTETRÍCIA - 4** - Mesa ginecológica revestida com material impermeável, com lençol. Item obrigatório conforme RDC 36/2008.
- 41.26. Consultório PEDIATRIA - ** - A privacidade e a confidencialidade estão garantidos Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM nº 2057/13, anexo II, Resolução CFM Nº 2073/2014,
- 41.27. Consultório PEDIATRIA - ** - 2 cadeiras ou poltronas - uma para o paciente e outra para o acompanhante Item obrigatório conforme , Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014
- 41.28. Certificado de Inscrição Conforme Resolução CFM nº 1.971/11, Cap. I, art. 8º e Resolução CFM nº 2056/2013, a regularidade do cadastro ou registro da empresa, instituição, entidade ou estabelecimento é dada pelo certificado de cadastro ou registro, a ser requerido e expedido anualmente, no mês do vencimento, desde que não haja pendências no Departamento de Fiscalização. Parágrafo único: É obrigatória a disponibilização ao público em geral do certificado de inscrição de empresa expedido pelos conselhos regionais de medicina, devidamente atualizado.
- 41.29. Higiene, iluminação e aeração adequados para paciente, espera, guarda de pertences, troca de roupa e higiene pessoal. Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014, RDC Nº 50/2002.
- 41.30. Há presença de animais sinantrópicos? (ratos, abelhas, pulga, mosquitos, pulga, aranha, barata, formiga, mosca, fungos, mofos, cupins, entre outros). Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, RDC Nº 50/2002, RDC ANVISA Nº 302/2005,

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.31. Raios X - Dosímetro Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.32. Raios X - Protetor de tireóide Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.33. Sala de Preparo de Paciente (consulta de enfermagem, triagem, biometria) - Biombo Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014

41.34. Sala de Preparo de Paciente (consulta de enfermagem, triagem, biometria) - Escada com dois degraus Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2073/2014, , Resolução CFM Nº 2056/2013

41.35. Posto de enfermagem e serviços (ALCON) - Toalhas de papel Item obrigatório conforme, RDC Anvisa Nº 50/2002, Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014

41.36. Posto de enfermagem e serviços (ALCON) - Sabonete líquido para a higiene Item obrigatório conforme RDC Anvisa Nº 50/2002, Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM nº 2057/13, anexo II, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.37. A unidade possui fluxo de atendimento adequado. Item obrigatório conforme RDC Anvisa Nº 50/2002, Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014

41.38. Fluxo/rampas/elevadores/largura das portas permite livre circulação de deficientes. Item obrigatório conforme, RDC Anvisa Nº 50/2002, Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014

41.39. Sanitários adaptados para os deficientes. Item obrigatório conforme, RDC Anvisa Nº 50/2002, Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014

41.40. Coleta seletiva de resíduos de serviços de saúde (lixo): Havia acúmulo de lixo hospitalar. Item obrigatório conforme, RDC Anvisa Nº 50/2002, Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014

41.42. Possui medicamentos da farmácia básica em falta, na data da vistoria. Item obrigatório conforme, Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014

*41.43. Consultório PEDIATRIA - UNIDADE CANGURU** - Lençóis para as macas. Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.*

*41.44. Consultório PEDIATRIA - UNIDADE CANGURU** - 1 escada de 2 ou Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.*

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

41.45. Consultório PEDIATRIA - UNIDADE CANGURU** - 1 pia ou lavabo. Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.46. Consultório PEDIATRIA - UNIDADE CANGURU** - Toalhas de papel. Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.47. Consultório PEDIATRIA - UNIDADE CANGURU** - Sabonete líquido para higiene. Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.48. Consultório PEDIATRIA - UNIDADE CANGURU** - Lixeira com pedal. Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.49. Consultório PEDIATRIA - UNIDADE CANGURU** - 1 esfigmomanômetro com manguitos pediátricos e adultos. Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.50. Consultório PEDIATRIA - UNIDADE CANGURU** - 1 Lanterna com pilhas. Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.51. Consultório PEDIATRIA - UNIDADE CANGURU** - 1 negatoscópio ou outro meio digital que possibilite a leitura da imagem. Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.52. Consultório PEDIATRIA - UNIDADE CANGURU** - 1 otoscópio. Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.53. Consultório PEDIATRIA - UNIDADE CANGURU** - 1 oftalmoscópio. Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2057/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.54. Posto de enfermagem e serviços (ALCON) - Bancada com pia e torneira com acionamento sem uso das mãos. Item obrigatório conforme, RDC Anvisa Nº 50/2002, Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM nº 2057/13, anexo II, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.55. ULTRASSONOGRRAFIA - Bancada com pia e torneira com acionamento sem uso das mãos. Item obrigatório conforme, RDC Anvisa Nº 50/2002, Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM nº 2057/13, anexo II, Resolução CFM Nº 2073/2014.

41.56. Consultório OBSTETRÍCIA - 4** - Banqueta giratória ou mocho. Item obrigatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013, Resolução CFM Nº 2073/2014

41.57 Consultório OBSTETRÍCIA - 4** - Batas ou lençol com abertura frontal Item

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013

*41.58. Consultório OBSTETRÍCIA - 4** - Porta não adaptada a portadores de necessidade especiais Item obrigatório conforme RDC 50/2002*

*41.59. Consultório OBSTETRÍCIA - 2** - A privacidade e a confidencialidade estão garantidos Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

*41.60. Consultório OBSTETRÍCIA - 2** - 2 cadeiras ou poltronas- uma para o paciente e outra para o acompanhante Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

*41.61. Consultório OBSTETRÍCIA - 2** - pia ou lavabo Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

*41.62. Consultório OBSTETRÍCIA - 2** - Sanitário. Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

*41.63. Consultório OBSTETRÍCIA - 2** - Batas ou lençol com abertura frontal Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

*41.64. Consultório OBSTETRÍCIA - 2** - Mesa ginecológica revestida com material impermeável, com lençol. Item obrigatório conforme RDC 36/2008.*

*41.65. Consultório OBSTETRÍCIA - 2** - Biombo Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

*41.66. Consultório OBSTETRÍCIA - 2** - Biombo Item obrigatório conforme Resolução CFM nº 2056/2013*

*41.67. Consultório OBSTETRÍCIA - 2** - Porta não adaptada a portadores de necessidade especiais Item obrigatório conforme RDC 50/2002”*

Diante do panorama acima exposto, confirmado pela documentação que acompanha a inicial, verifica-se que não são poucas as irregularidades detectadas no Hospital e Maternidade Dona Regina, notadamente no que tange à precariedade da estrutura física da unidade hospitalar em referência e à exiguidade de medicamentos e equipamentos para o adequado atendimento dos pacientes.

Conclui-se, portanto, a partir do Relatório de Vistoria 128/2017/TO, que a realidade encontrada pelo CRM/TO no Hospital e Maternidade Dona Regina **afronta as normas e os parâmetros técnicos que regem o funcionamento dessa espécie de unidade de saúde**, fato que compromete a qualidade e a segurança dos serviços nela prestados, bem como obstaculiza o pleno cumprimento de sua função no Sistema Único de Saúde.



27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

É inaceitável que em uma unidade hospitalar estratégica e essencial ao adequado atendimento da população local, bem como de todos os municípios tocantinenses, se verifique irregularidades e falhas como as registradas no Relatório de Vistoria 128/2017/TO do CRM/TO.

Frente ao aflitivo quadro avistado no Hospital e Maternidade Dona Regina pelo CRM/TO, alternativa não restou a este Órgão do Ministério Público senão o ajuizamento da presente ação, pois as irregularidades detectadas no referido nosocômio produzem consequências nefastas para os usuários do SUS nele atendidos, os quais, em razão da precária assistência prestada, se encontram sob perigo de agravamento de seus quadros de saúde, inclusive com risco de óbito.

V - DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR (PNHOSP) - DISCIPLINA NORMATIVA PARA FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS

Por meio da Portaria nº 3.390/2013 ([doc. 02](#)), do Ministério da Saúde, foi instituída, no âmbito do SUS, a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), e estabelecidas as diretrizes para a organização do componente hospitalar na Rede de Atenção à Saúde (RAS).

Conforme estabelece o art. 3º do ato normativo supramencionado:

“Os hospitais são instituição complexas, com densidade tecnológica específica, de caráter multiprofissional e interdisciplinar, responsável pela assistência aos usuários com condições agudas ou crônicas, que apresentem potencial de instabilização e de complicações de seu estado de saúde, exigindo-se assistência contínua em regime de internação e ações que abrangem a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação.”

Segue disciplinando a mencionada Portaria, em seu art. 4º, *caput*, que:

“Os hospitais que prestam ações e serviços no âmbito do SUS constituem-se como um ponto ou conjunto de pontos de atenção, cuja missão e perfil assistencial devem ser definidos conforme o perfil demográfico e epidemiológico da população e de acordo com o desenho da RAS loco-regional, vinculados a uma população de referência com base territorial definida, com acesso regulado e atendimento por demanda referenciada e/ou espontânea.”



27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

As diretrizes sobre as quais se funda a Política Nacional de Atenção Hospitalar encontram-se alinhadas no art. 6º da Portaria nº 3.390/2013, dentre as quais podemos destacar: garantia de universalidade de acesso, equidade e integralidade na atenção hospitalar; regionalização da atenção hospitalar, com abrangência territorial e populacional, em consonância com as pactuações regionais; garantia da qualidade da atenção hospitalar e segurança do paciente; e garantia da efetividade dos serviços, com racionalização da utilização dos recursos, respeitando as especificidades regionais.

Como se vê, a precária prestação de serviços no Hospital e Maternidade Dona Regina implica na não consecução das diretrizes traçadas na Política Nacional de Atenção Hospitalar, notadamente no que concerne à garantia da qualidade da atenção hospitalar e da garantia da efetividade dos serviços prestados, diretrizes estas que estão sendo flagrantemente aviltadas, diante das consideráveis falhas e/ou omissões estruturais e operacionais registradas no Relatório de Vistoria 128/2017/TO do CRM/TO.

VI - FALHAS ESTRUTURAIS E IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - RISCO ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE

Conforme amplamente demonstrado, os usuário do SUS atendidos no Hospital e Maternidade Dona Regina estão sofrendo com a falta de assistência digna, notadamente no momento de sua maior necessidade, diante da ausência de serviços essenciais e do mau funcionamento da unidade hospitalar em questão, em razão da precariedade da sua estrutura física e da exiguidade de medicamentos e equipamentos para o adequado atendimento dos pacientes.

Estão fartamente demonstrados, também, a conduta estatal omissiva, o nexos causal e o dano provocando nos pacientes, inexistindo quaisquer causas excludentes do nexos predito, por força do disposto no art. 37, §6º, da Constituição Federal².

²Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

(...)"

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Analisando as asserções alinhadas, conclui-se que a responsabilidade do Estado decorre de seu dever de garantir a incolumidade das pessoas, notadamente em se tratando de direito à saúde e à vida, resguardado pela Constituição Federal como garantia fundamental irretirável, sendo objetivo o fundamento jurídico da responsabilidade predita, por se tratar de atividade precípua do Estado, visando o bem comum.

Repise-se que, trata-se o caso sob comento de **funcionamento deficiente de serviço público de atendimento hospitalar, no qual fora constatada a precariedade da estrutura física e a exiguidade de medicamentos e equipamentos para o adequado atendimento dos pacientes.**

Segue abaixo transcrito o entendimento da advogada Maria Angélica Resende - autora do livro Direitos do Paciente e membro da Comissão de Saúde da OAB/SE, em discurso sobre a responsabilidade do Estado em casos como o tratado nestes autos:

"Entendemos pois que o caso de falta de serviço de saúde, falha na prestação do serviço de saúde ou tardio atendimento de saúde que gere prejuízos à saúde e a vida do cidadão, por omissão no agir do Poder Público, que deixe de cumprir dessa forma o seu dever legal, a responsabilidade do Estado deve ser objetiva e não subjetiva, pois a vulnerabilidade da parte mais fraca que é a vítima cidadão, deve ser protegida em reconhecimento da cidadania que se concretiza no princípio da igualdade material".

Destaca-se, de igual modo, os seguintes preceitos da Constituição Federal:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. "

"Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

*I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
(...)"*

Na hipótese ora tratada, tem-se que as irregularidades e deficiências de caráter estrutural e operacional verificadas pelo CRM/TO no Hospital e Maternidade Dona Regina, unidade hospitalar de

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

referência, fundamental ao atendimento da população de todo o Estado, necessitam de imediata e urgente correção, não podendo tal situação perdurar, sendo necessária a intervenção do Judiciário como forma de responsabilizar os gestores diretamente encarregados do funcionamento do hospital em questão.

VII - DO PLEITO LIMINAR - REQUISITOS NECESSÁRIOS - CONCESSÃO URGÊNCIA - RISCO DE MORTES - DISPENSA DE PRÉVIA OITIVA DOS RÉUS

Analisadas as asserções, sendo o fundamento da demanda de relevância social não somente pelo número de pessoas atingidas pela perpetração das irregularidades apontadas, mas também por se tratar de direito assegurado constitucionalmente, considerando o disposto no art. 300 do CPC ³, pode a autoridade julgadora, de forma liminar, antecipar, até mesmo o provimento derradeiro, inclusive determinando medidas satisfativas ou que assegurem o resultado prático da obrigação a ser cumprida.

Na questão em análise, emerge a necessidade de ser concedida medida liminar, presentes os pressupostos essenciais, a saber: o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Acerca da efetividade do processo, Luiz Guilherme Marinoni⁴ assevera que:

(...) o tempo é a dimensão fundamental na vida humana, no processo ele desempenha idêntico papel, pois processo também é vida. O tempo do processo angustia os litigantes; todos conhecem os males que a pendência da lide pode produzir. Por outro lado, a demora processual é tanto mais insuportável quanto menos resistente economicamente é a parte, o que vem a agravar a quase que insuperável desigualdade substancial no procedimento. O tempo, como se pode sentir, é um dos grandes adversários do ideal de efetividade do processo. (...) Mas o tempo não pode servir de empeco à realização do direito. Ora, se o Estado proibiu a autotutela, adquiriu o poder e o dever de tutelar de forma efetiva todas as situações conflitivas concretas. O cidadão comum, assim, tem direito à tutela hábil à realização do seu direito. E não somente um direito abstrato de ação. Em outras palavras, tem o direito à adequada tutela jurisdicional. (...) O princípio da inafastabilidade não garante apenas uma resposta jurisdicional, mas a tutela que seja capaz de realizar, efetivamente, o direito afirmado pelo autor, pois o processo, por constituir a contrapartida que o Estado oferece ao cidadão diante da proibição da autotutela deve chegar a resultados equivalente aos que seriam obtidos se espontaneamente observados os preceitos legais. Dessa forma, o direito à adequada tutela jurisdicional garantido pelo princípio da inafastabilidade é o direito à tutela adequada à realidade de direito material e à realidade social.

³Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

⁴MARINONI, Luiz Guilherme, Efetividade do processo e tutela de urgência. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1994, p. 57.



27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

No caso posto, a necessidade de concessão da liminar urge e impera, porquanto o provimento tardio da pretensão poderá ser inócuo para prevenir os danos causados aos pacientes pela ausência de atendimento digno e eficaz no Hospital e Maternidade Dona Regina.

De todos os fatos expendidos, vislumbra-se que o *fumus boni iuris* encontra-se consubstanciado no direito constitucional à saúde e na existência de normas legais e regulamentares do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina que parametrizam a forma de prestação do serviço de saúde em questão. Por outro lado, a situação de gravidade social é evidente, sendo denunciada pelo Relatório de Vistoria que segue anexo, porquanto, em razão da ausência ou insuficiência da prestação de serviços obrigatórios, toda a coletividade se vê ameaçada.

A situação em tela evidencia a necessidade de dispensa de prévia manifestação dos réus, na medida em que a inicial se encontra acompanhada de documento (Relatório de Vistoria emitido pelo CRM/TO), confirmando as assertivas alinhadas, constituindo prova inequívoca do alegado, patenteando, ainda, a situação exposta, a necessidade de adoção de medidas urgentes, como forma de evitar dano iminente e irreversível que poderá advir da demora do provimento jurisdicional liminar.

O risco diante de um provimento jurisdicional tardio, ao se tratar de acesso a serviços de saúde é evidente, pois está em jogo a integridade física de inúmeras pessoas que acessam o Hospital e Maternidade Dona Regina em busca de assistência, dependendo estas, conseqüentemente, do Poder Judiciário para terem seus direitos constitucionais básicos efetivados.

VIII - DA POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE ASTREINTES AO GESTOR PÚBLICO DESTINATÁRIO DA ORDEM.

Quanto à possibilidade de aplicação da multa diretamente ao gestor público, destinatário da ordem judicial, traz-se à baila, novamente, o magistério de Luiz Guilherme Marinoni⁵:

“É absurdo pensar que a multa não pode incidir em relação à autoridade pública, mas apenas em face da pessoa jurídica de direito público. O problema da efetividade do uso da multa em relação ao Poder Público repousa na sua própria natureza. Se a multa tem por

⁵MARINONI, Luiz Guilherme. A antecipação de tutela. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

objetivo compelir o réu a cumprir, é evidente que sua efetividade depende de sua capacidade de intimidação e, assim, somente pode incidir sobre uma vontade. Ora, não deveria ser preciso lembrar que somente o agente público tem vontade.”

Hugo de Brito Machado⁶ defende que quando for parte no processo a Fazenda Pública a multa prevista no parágrafo único do art. 14 do Código de Processo Civil deve ser aplicada àquele que a corporifica, a saber, o agente público, ou ao dirigente ou representante da pessoa jurídica à qual incumba a obrigação de cumprimento da decisão judicial.

Conforme ensina o supramencionado jurista:

*“Não é razoável, sustentar-se, que, sendo o Estado responsável pela prestação jurisdicional, cuja prestação lhe cabe preservar, tutelando e defendendo o interesse público primário, possa ele próprio, cometer um ato atentatório a dignidade da jurisdição. **Quem comete esse ato na verdade é o servidor público que não está realmente preparado para o desempenho de suas atribuições em um Estado de Direito.** A esse, portanto, cabe suportar a sanção correspondente. Esta se apresenta como a solução mais adequada, posto que infelizmente é comum o descumprimento das decisões judiciais, quando não fixada multa ao representante legal do Município”. (grifo inserido).*

IX - DOS PEDIDOS

Em face de tudo quanto foi exposto, tendo em vista a necessidade de se obstar a continuidade das irregularidades registradas no Relatório de Vistoria 128/2017/TO emitido pelo CRM/TO, o Ministério Público do Estado do Tocantins requer a Vossa Excelência a concessão liminar da tutela de urgência (art. 300, *caput*, do CPC), para que se determine, independentemente de prévia manifestação do requerido, as seguintes providências:

a) o recebimento e a autuação da petição inicial, com a observância das prerrogativas do autor, tais como a intimação pessoal em qualquer fase do processo e grau de jurisdição, ou instância administrativa, mediante a entrega dos autos com vista, e a contagem em dobro de todos os prazos;

b) a concessão liminar da tutela de urgência para impor ao Estado do Tocantins, em prazo

⁶Descumprimento de Decisão Judicial e Responsabilidade Pessoal do Agente Público in Revista Dialética de Direito Tributário n. 86, p. 50/59, Oliveira Rocha, São Paulo, 2002.



27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

a ser fixado por esse Juízo, a obrigação de fazer consistente na correção das irregularidades constatadas pelo CRM/TO no Hospital e Maternidade Dona Regina por meio do Relatório de Vistoria 128/2017/TO, garantindo, assim, assistência hospitalar adequada e digna aos pacientes do SUS atendidos no referido nosocômio, e efetivando o direito à saúde de forma integral, universal e igualitária, à população que dela necessita;

c) a citação do Estado do Tocantins, na forma da Lei, para, querendo, apresentar resposta, no prazo legal, aos termos da presente demanda, sob pena de revelia e confissão;

d) a intimação pessoal do Secretário de Saúde, Marcos Esner Musafir, para o cumprimento de decisão judicial, conforme art. 536 do CPC, tendo em vista que o diploma processual civil estabelece que terceiros também podem ser destinatários de ordens judiciais, não apenas litigantes, pois estão sujeitos as penalidades do ato atentatório contra a dignidade da justiça nos termos do art. 77 do CPC;

e) a **DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA DE CONCILIAÇÃO**, nos termos do art. 319, VII, do CPC, após a apreciação dos pleitos de urgência;

f) a citação do requerido para comparecer à audiência de conciliação a ser designada (art. 334 do CPC), sob pena de multa e da prática de ato atentatório à dignidade da justiça em caso de não comparecimento injustificado, nos termos do art. 334, § 8º, do CPC;

g) Seja determinada a inversão do ônus da prova, nos moldes do art. 21 da Lei Federal nº 7.347/85 c/c art. 6º, VIII, da Lei Federal nº 8.078/90, ante a verossimilhança das alegações apresentadas;

h) A intimação das testemunhas abaixo arroladas, para que compareçam na audiência inicial, a fim de serem ouvidas e prestarem esclarecimentos quanto ao objeto da lide;

i) a produção de todos os meios de provas em direito admitidos, dentre eles, o depoimento pessoal do representante legal do requerido, sob pena de confissão; oitiva de testemunhas, perícia, documentos e todos os meios de provas em direito admitidos; muito embora, em princípio, trate-se



27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

de causa em que está presente a possibilidade do julgamento antecipado da lide, vez que a comprovação da matéria de fato dispensa prova em audiência (CPC, art. 330, § 1º, parte final).

j) seja julgada procedente a presente Ação Civil Pública, confirmando-se a decisão liminar, a fim de garantir assistência adequada e digna aos pacientes do SUS atendidos no Hospital e Maternidade Dona Regina;

k) a estipulação de multa diária, para o caso de descumprimento da decisão liminar, no valor equivalente a R\$ 1.000,00 (mil reais) imposta às pessoas físicas do governador do Estado e do Secretário de Estado da Saúde;

l) A isenção do pagamento de taxas e emolumentos, adiantamentos de honorários periciais e quaisquer outras despesas processuais, nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 7.347/85.

Dá-se à causa o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Nesses termos, pede deferimento.

Palmas/TO, aos 03 dias do mês de outubro de 2017.

Maria Roseli de Almeida Pery
Promotora de Justiça
27ª PJC



27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

ROL DE TESTEMUNHAS:

DOCUMENTOS ANEXOS:

(doc. 01) - Relatório de Vistoria 128/2017/TO;

(doc. 02) - Portaria MS nº 3.390/2013.

202 Norte, Avenida LO 4, Conjunto 01, Lotes 5 e 6, Sala 222, CEP: 77.006-218, Palmas - Tocantins
Fones: (63) 3216-7674 / 3216-7580 E-mail: promotoriasaudepublica@mpto.mp.br